



# Descontos no IMI podem beneficiar os mais ricos

P32



# Desconto no IMI arrisca beneficiar famílias mais ricas

**Câmaras** A redução do imposto para famílias com filhos continua a dividir opiniões tanto entre autarcas como entre fiscalistas.

Denise Fernandes  
e Paula Cravina de Sousa  
denise.fernandes@economico.pt

As câmaras estão agora a decidir se aplicam ou não o desconto do IMI para as famílias com filhos e o assunto continua a não ser consensual. Algumas, como é o caso do Porto, começam a lançar mão do argumento de que a medida vai beneficiar as famílias de maiores rendimentos. A ideia implícita é a de que os agregados com maior número de filhos se situam nas franjas da sociedade - os mais pobres e os mais ricos -, sendo que aqueles que têm menos rendimentos não têm casa própria (e logo não pagam IMI). Porém não há estatísticas que provem esta ideia.

Este argumento deve então ser tido em conta pelas autarquias? Alguns fiscalistas admitem que sim, mas a questão volta a não reunir consenso.

O presidente da comissão da reforma do IRS, Rui Duarte Moraes, admite que a questão se possa colocar, no entanto, para o fiscalista o problema está a montante. O IMI "não é um imposto para ter em conta a família e os rendimentos, esse é o lugar do IRS", afirma. "Não é desta forma que se resolve o problema", afirma. "O IMI é um imposto real sobre o valor dos bens e está exageradíssimo", o caminho devia ser o da redução das taxas. "Estas têm de ser razoáveis, importava descer a taxas de IMI que é o que não acontece", sublinha.

No mesmo sentido, o fiscalista Nuno Oliveira Garcia afirma que não tem conhecimento de que haja estudos que comprovem que as famílias com maior número de filhos tenham os rendimentos mais elevados ou mais baixos. Mas também admite que a medida possa beneficiar sobretudo aqueles que têm maiores rendimentos, criando complexidade e distorções o imposto. "A opção pelas famílias numerosas foi política, mas quando se opta por um grupo específico para serem contemplados por este tipo de medida, acaba sempre por haver este tipo de problema", afirmou. "Foram criadas situações de injustiça", diz, apontando que existem outros grupos que também poderão ter

**Porto decidiu que não vai aplicar porque medida poderia beneficiar famílias com rendimentos mais altos. Lisboa só decide quando da apresentação do orçamento camarário.**



As câmaras têm até 30 de Novembro para decidir se aplicam o benefício fiscal para as famílias com filhos. O Porto não vai aplicar o 'desconto' no IMI.



O presidente da comissão da reforma do IRS, Rui Duarte Moraes, diz que o IMI "não é imposto para ter em conta a família e os rendimentos, esse é o lugar do IRS".



O fiscalista Nuno Oliveira Garcia afirma que "a opção pelas famílias numerosas foi política" e "quando se opta por um grupo específico acaba sempre por haver este tipo de problema".

dificuldade em pagar o IMI, como os reformados ou pessoas doentes acamadas, por exemplo. "Percebo que tenham escolhido o grupo das famílias numerosas, porque têm de ter casas maiores, mas não percebo porque não optaram por outros grupos menos favorecidos", remata. Nuno Oliveira Garcia também defende que o problema devia ser resolvido a montante e "devia mexer-se mais a fundo nas avaliações dos imóveis que vão ser sujeitos a imposto".

O presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, levantou esta questão e usou o argumento para explicar o motivo pelo qual a autarquia não vai adoptar a medida. Num artigo publicado no Correio da Manhã, o autarca explica que "em cidades como o Porto, a medida deixaria de fora a parte da população menos favorecida" e lembra que as famílias mais pobres vivem, muitas

vezes, em bairros sociais e não pagam IMI. "Já quanto aos chamados ricos, que vivem em casas próprias em zonas mais valorizadas da cidade, contariam com um desconto total muito significativo, mesmo tendo apenas um dependente", explica ainda.

A medida foi introduzida pelo Governo no Orçamento do Estado para este ano e deixa nas mãos dos municípios a decisão de baixar o IMI para as famílias com filhos, que terão até 30 de Novembro para decidir. O 'desconto' no imposto depende do número de filhos (até 10% para um filho, 15% para dois filhos e 20% para três filhos).

Em Lisboa, os dados que foram enviados pelo Ministério das Finanças aos serviços camarários estão a ser analisados. Em causa está a análise da composição do agregado familiar: se há muitas famílias monoparentais

na capital ou se poderá beneficiar mais as famílias ricas, entre outros factores. Contudo, a decisão vai ser tomada no âmbito global do orçamento, que deverá ser apresentado em Outubro, segundo fonte camarária. A mesma fonte lembra que a taxa de IMI já está nos mínimos em Lisboa e que a autarquia devolve parte do IRS aos seus municípios.

Por sua vez, o fiscalista Samuel Fernandes de Almeida é favorável àquele benefício. "Tudo o que sejam incentivos à natalidade e à família é positivo", diz, lembrando que "há anos que se reclamam políticas para as famílias". O especialista recorda que quem tem rendimentos mais baixos já tem isenções e benefícios, o que repõe a justiça fiscal. Já "quem tem três ou quatro ou cinco filhos têm um nível de encargos que não é comparável com o de quem tem um ou dois ou nenhum", conclui. ■